



HABITVAR, COOPERATIVA CRL

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS		Notas	Datas	
			31-12-2017	31-12-2016
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	4	1.883.594,96	1.940.113,45	
Investimentos financeiros	12	3.064,43	2.972,84	
		1.886.659,39	1.943.086,29	
Ativo corrente				
Inventários	7	365.533,99	368.928,16	
Créditos a receber	12	2.510,19	1.826,43	
Estado e outros entes públicos	12	2.905,11	2.904,86	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12	82.259,16	73.731,77	
Diferimentos	12	7.497,01	3.366,87	
Outros ativos correntes	12	40.983,77	37.722,81	
Caixa e depósitos bancários	12,16	410.575,21	469.573,72	
		912.264,44	958.054,62	
Total do ativo		2.798.923,83	2.901.140,91	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	12	39.402,28	39.502,28	
Reservas	12	1.970.190,04	1.970.190,04	
Resultados transitados	12	-533.876,35	-507.922,79	
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	10,12	269.721,84	278.460,17	
		1.745.437,81	1.780.229,70	
Resultado líquido do período		-14.652,92	-25.953,56	
Total dos fundos patrimoniais		1.730.784,89	1.754.276,14	
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	9	90.012,05	90.012,05	
Financiamentos obtidos	5,12	410.326,96	479.689,34	
Outras dívidas a pagar	12	52.344,83	50.604,22	
		552.683,84	620.305,61	
Passivo corrente				
Fornecedores	12	26.292,67	42.376,74	
Estado e outros entes públicos	12	13.362,84	15.015,99	
Financiamentos obtidos	5,12	83.779,80	83.676,00	
Diferimentos	12	4.853,09	2.397,01	
Outros passivos correntes	12	387.166,70	383.093,42	
		515.455,10	526.559,16	
Total do passivo		1.068.138,94	1.146.864,77	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.798.923,83	2.901.140,91	

O CONTABILISTA CERTIFICADO

[Handwritten signature]

A DIREÇÃO

[Handwritten signatures and names: Jozequim Julin R. Silva, Alexandre Paul & C. Lda, José Oliveira by Mon]

HABITVAR – Cooperativa, CRL
Rua Cândido dos Reis, 7 – 1º DT.º / 3880-097-Ovar
Tel.256 591 145/6 Contrib 500442177

HABITOVAR, COOPERATIVA CRL
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

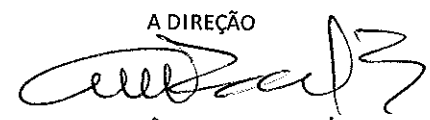
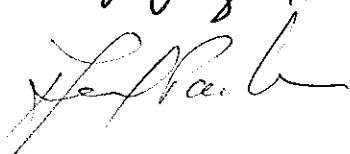
Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	269.258,77	263.470,93
Subsídios, doações e legados à exploração	10	281.366,43	278.920,13
Variação nos inventários da produção	7	-2.818,21	-3.806,47
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-48.821,60	-49.139,33
Fornecimentos e serviços externos	15.5	-123.336,05	-139.581,43
Gastos com o pessoal	13	-374.684,39	-362.698,51
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	-1.346,77	-2.076,00
Aumentos/reduções de justo valor	12	13,78	0,00
Outros rendimentos	8,10	61.886,38	71.032,15
Outros gastos	15.5	-8.612,90	-17.320,74
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		52.905,44	38.800,73
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-61.199,26	-57.616,63
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-8.293,82	-18.815,90
Juros e rendimentos similares obtidos	8,15.5	766,96	1.537,77
Juros e gastos similares suportados	6,15.5	-7.126,06	-8.349,93
Resultados antes de impostos		-14.652,92	-25.628,06
Imposto sobre o rendimento do período	11	0,00	-325,50
Resultado líquido do período		-14.652,92	-25.953,56

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO


 Joaquim Juliano R. Silva
 Alexandre Paul de Castro
 José Pereira Pinto
 José Oliveira Cruz




HABITOVAR, COOPERATIVA CRL
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		294.055,97	291.439,84
Pagamento a fornecedores		-196.307,92	-193.697,07
Pagamentos ao pessoal		-308.809,67	-298.008,75
Caixa gerada pelas operações		-211.061,62	-200.265,98
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-325,50	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		234.448,40	232.604,56
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		23.061,28	32.338,58
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-7.031,31	-38.245,01
Investimentos financeiros		-368,29	-390,35
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	75.000,00
Investimentos financeiros		291,92	437,12
Juros e rendimentos similares		1.532,53	72,80
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		-5.575,15	36.874,56
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de fundos		0,00	150,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-69.258,58	-82.236,54
Juros e gastos similares		-7.126,06	-8.349,93
Reduções de fundos		-100,00	-749,88
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		-76.484,64	-91.186,35
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-58.998,51	-21.973,21
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	16	469.573,72	491.546,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	410.575,21	469.573,72

O CONTABILISTA CERTIFICADO

[Assinatura]

A DIREÇÃO

[Assinaturas da Direção]
 José Manuel Silva
 Alexandre Almeida
 José Pereira Pinto
 José Oliveira
 João Paulo

HABITOVAR – Cooperativa, CRL
Rua Cândido dos Reis, 7 – 1º DT.º / 3880-097-Ovar
Tel.256 591 145/6 Contrib 500442177



HABITOVAR, COOPERATIVA CRL

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade					Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais				
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	12	32.783,71	1.970.190,04	(478.672,66)	287.947,41	(29.250,13)	(29.250,13)	1.782.998,37	1.782.998,37
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização									
Excedentes de revalorização									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais									
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									
RESULTADO INTEGRAL									
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Distribuições									
Outras operações									
POSICÃO NO FIM DO ANO 2016	12	39.502,28	1.970.190,04	(507.922,79)	278.460,17	(25.953,56)	(25.953,56)	1.754.276,14	1.754.276,14

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

[Assinatura]
 Alexandre Romão da Silva
 João Carlos de Faria
 Sora Lins de Barros
 Sora Lins de Barros
 Sora Lins de Barros

HABITOVAR - Cooperativa, CRL
 Rua Cândido dos Reis, 7 - 1.º DT.º / 3880-097 Ovar
 Tel. 256 591 145/6 Contrib 500442177



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

Unidade Monetária: Euros

10/10/10

A DIREÇÃO

reel

Joergine Lúcia-Silva

Myriam de Moraes Tafeta Durandas

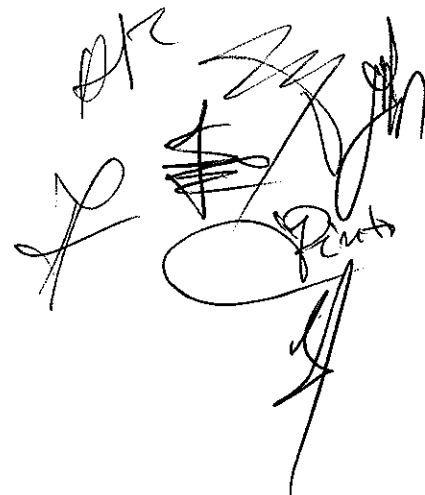
Alexandre Mano de Q-ck

Yoré Parentino

Sudiveris bug Ma

de Ma

HABITOVAR - Cooperativa, CRL
Rua Cândido dos Reis, 7 - 1º DT. - 3880-097-Ovar
Tel. 256 591 145/6 Contrib. 500442177



ANEXO

1 — Identificação da entidade:

1.1 – Designação da Entidade:

Habitovar - Cooperativa, CRL

1.2 – Sede:

Rua Cândido dos Reis, 7-1º Dtº, 3880-097 Ovar

1.3 – Natureza da Atividade:

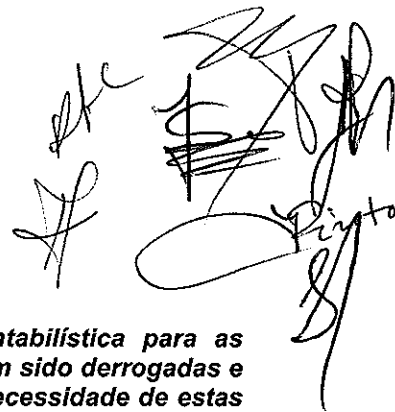
- Principal: Atividades de cuidados para crianças sem alojamento, (CAE 88910);
- Secundária 1: Construção de edifícios (residenciais e não residenciais), (CAE 41200);
- Secundária 2: Atividades de apoio social para pessoas idosas sem alojamento, (CAE 88101);
- Secundária 3: Educação Pré-Escolar, (CAE 85100).

2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 — No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as novas disposições previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a Entidade aplica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL) do SNC, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 29 de julho de 2015, através do Aviso n.º 8259/2015.

Atendendo ainda, ao disposto no ponto 2.3 da NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular, a entidade deve recorrer supletivamente às restantes normas do Sistema de Normalização Contabilística.





2.2 — Indicação e justificação das disposições na Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 — Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2016.

3 — Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da entidade são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 — Principais políticas contabilísticas:

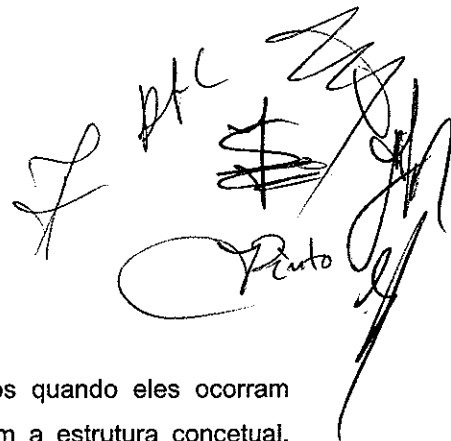
a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.





Handwritten signature and initials, including the word "Pinto" and a large "S" or "Z" shape.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas, das rubricas "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes" e "Diferimentos".

Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

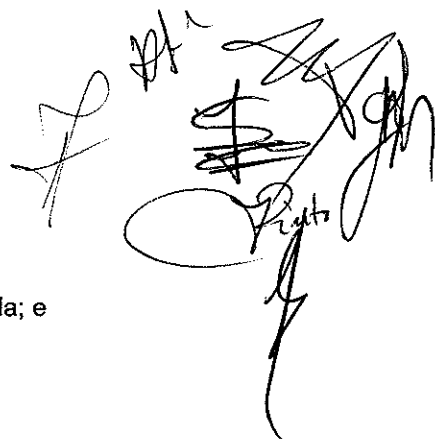
Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;



Handwritten signature.



- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

b) Outras políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

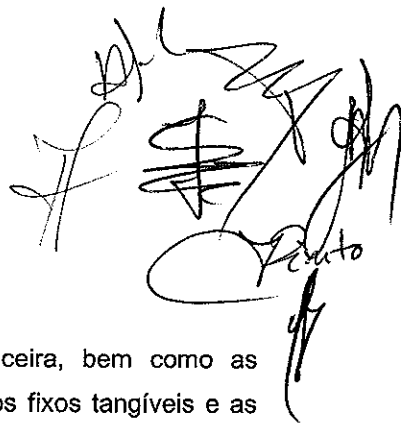
As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gasto do exercício em que ocorrem. O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados por natureza nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

2. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo. A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.





Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos Resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3. Custo dos empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

4. Inventários

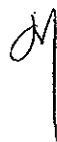
As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento.

5. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da venda de bens deve ser reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade e associados com a transação fluam para a entidade; e



- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço. Quando a prestação de serviços transita de um período para outro, o reconhecimento do rédito, na data de relato, é calculado com base na fase de acabamento.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade;
- a fase de acabamento possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

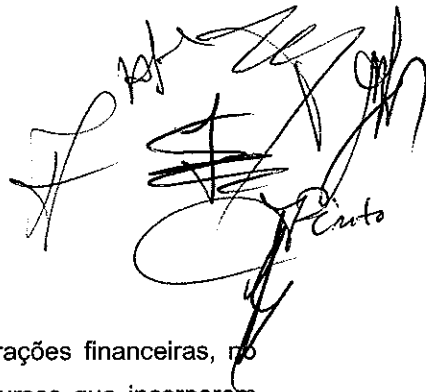
O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que os efeitos sejam significativos, seja provável que os benefícios económicos fluam para a Entidade o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

6. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.



Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

7. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas, em cada período. Por outro lado a Entidade detém subsídios à exploração, apresentados na demonstração dos resultados como rendimentos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

A Entidade considera subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

8. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma do imposto corrente.

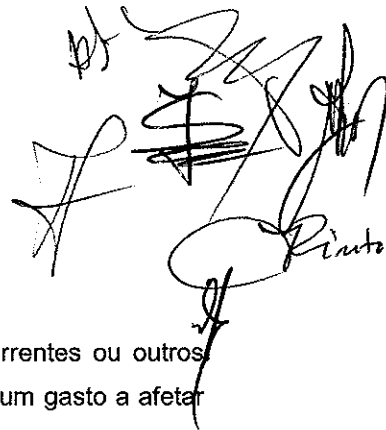
O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é pelo método do imposto a pagar.

Os impostos sobre o rendimento para períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos.

Se a quantia já paga com respeito a períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso deve ser reconhecido como um ativo.

Os passivos (ativos) por impostos sobre o rendimento dos períodos correntes e anteriores devem ser mensurados pela quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço.





ps
Pinto

As quantias de impostos sobre o rendimento relacionadas com as transações correntes ou outros acontecimentos geradores de imposto no período, devem ser contabilizadas como um gasto a afetar os resultados.

9. Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber e os outros ativos correntes

Os "Créditos a receber" e os "Outros ativos correntes" encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

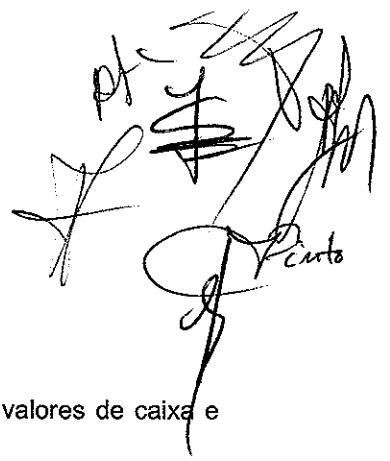
Fornecedores, e outras dívidas a pagar

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas registadas em fornecedores e em outros terceiros são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.



Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de custo prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Estado e Outros Entes Públicos

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

10. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.





c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas, bem como utilizados pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

4 — Ativos fixos tangíveis:

4.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados;

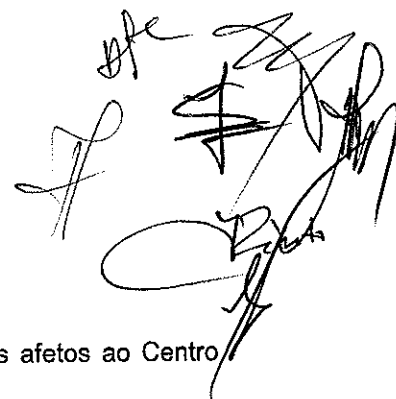
As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	40 a 50 anos
Equipamento básico	8 a 16 anos
Equipamento administrativo	6 a 20 anos
Equipamento transporte	8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	8 a 10 anos





A entidade encontra-se a praticar taxas mínimas no edifício e nos equipamentos afetos ao Centro Social da Habitovar.

d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

Unidade Monetária: EURO

Descrição	Início do Período			Fim do Período		
	Quantia escriturada bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia escriturada bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada
- Edifícios e outras construções	2.215.547,07	343.065,25	1.872.481,82	2.220.227,84	395.130,08	1.825.097,76
- Equipamento básico	29.661,76	11.829,76	17.832,00	29.661,76	13.855,56	15.806,20
- Equipamento Transporte	66.491,00	22.029,54	44.461,46	66.491,00	28.563,92	37.927,08
- Equipamento administrativo	18.887,16	14.642,29	4.244,87	18.887,16	15.044,57	3.842,59
- Outros ativos fixos tangíveis	5.195,82	4.102,52	1.093,30	5.195,82	4.274,49	921,33
Total	2.335.782,81	395.669,36	1.940.113,45	2.340.463,58	456.868,62	1.883.594,96

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações;

Unidade Monetária: EURO

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento Transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto						
Saldo em 31 Dezembro 2016	2.215.547,07	29.661,76	66.491,00	18.887,16	5.195,82	2.335.782,81
Aquisições	4.680,77					4.680,77
Revalorizações						
Alienações						
Saldo em 31 Dezembro 2017	2.220.227,84	29.661,76	66.491,00	18.887,16	5.195,82	2.340.463,58
Depreciações acumuladas						
Saldo em 31 Dezembro 2016	343.065,25	11.829,76	22.029,54	14.642,29	4.102,52	395.669,36
Correções Dep. Acumuladas						
Depreciações do período	52.064,83	2.025,80	6.534,38	402,28	171,97	61.199,26
Alienações						
Saldo em 31 Dezembro 2017	395.130,08	13.855,56	28.563,92	15.044,57	4.274,49	456.868,62
Valor líquido	1.825.097,76	15.806,20	37.927,08	3.842,59	921,33	1.883.594,96





f) Hipoteca

Foram constituídas hipotecas a favor da Câmara Municipal de Ovar, para efeitos de libertação da licença de utilização do Centro Social da Habitovar, sobre os seguintes imóveis que se encontram registados na contabilidade como Ativos Fixos Tangíveis:

- i) Fração N, sita na Rua Adriano Correia de Oliveira, n.º 267, Lote 380, com Art.º Matricial 11477 N e registado na CRP de Ovar com o n.º 3598.
- ii) Fração J, sita na Rua Adriano Correia de Oliveira, n.º 267, Lote 380, com Art.º Matricial 11477 J e registado na CRP de Ovar com o n.º 3598.

5 — Locações Financeiras

5.1 - Locações Financeiras – Locatários:

Unidade Monetária: EURO

Locadora	N.º do contrato	Valor do contrato	Data Inicial	Data Final
Caixa Leasing e Factoring	100091507	41.275,00	12-09-2016	10-09-2021

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço para cada categoria de ativo:

Descrição	Quantia Bruta Escriturada Inicial	Depreciações Acumuladas	Quantia Bruta Escriturada líquida
Equipamento de Transporte Viatura: 78-RS-66	41.275,00	-6.879,17	34.395,83

b) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Unidade Monetária: EURO

Descrição	Pagamentos		
	< 1 ano	> 1 e < 5 anos	> 5 anos
Caixa Leasing e Factoring	7.337,47	20.903,96	





6 — Custo de empréstimos obtidos

6.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) A política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos;

Os custos dos empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto no período em que são incorridos.

7 — Inventários

7.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada;

- ✓ Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo: são valorizadas ao custo de aquisição; utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio.
- ✓ Produtos Acabados e Intermédios: são valorizados ao custo de produção.

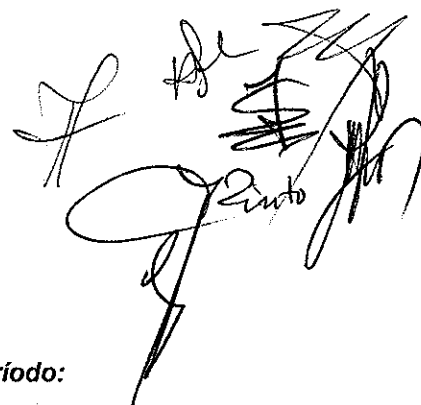
b) Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os inventários da Entidade detalham-se conforme segue:

Unidade Monetária: EURO

Inventários	31-12-2017	31-12-2016
Matéria-Prima, Subs. e de Consumo		
Matéria – Prima	768,34	1.344,30
Sub-total	768,34	1.344,30
Produtos Acabados		
Habitacões	110.788,00	110.788,00
Garagens	136.733,71	139.551,92
Sub-total	247.521,71	250.339,92
Produtos Intermédios		
Terrenos	35.726,00	35.726,00
Projetos de Arquitetura	34.103,54	34.103,54
Projetos Infra-estruturas	47.414,40	47.414,40
Sub-total	117.243,94	117.243,94
Total	365.533,99	368.928,16





c) Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período:

Unidade Monetária: EURO

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período			2017		
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período	+	0,00	1.344,30	1.334,30
	Compras	+	0,00	48.245,64	48.255,64
	Inventários no fim do período	-	0,00	768,34	768,34
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		=	0,00	48.821,60	48.821,60
Ofertas e amostras de inventários		+		0,00	0,00
Totais		=	0,00	48.821,60	48.821,60

Unidade Monetária: EURO

Demonstração das variações nos inventários da produção		2017		
		Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Totais
Inventários no começo do período	-	367.583,86	0,00	367.583,86
Reclassificação e regularização de inventários	+		0,00	
Inventários no fim do período	+	364.765,65	0,00	364.765,65
Variação nos Inventários da produção	=	-2.818,21	0,00	-2.818,21

8 — Rédito:

8.1 — Uma entidade deve divulgar:

a) A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Unidade Monetária: EURO

Descrição	2017		2016	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos
Vendas	2.818,21	0,85%	5.356,47	1,59%
Prestação de Serviços	266.440,56	80,27%	258.114,46	76,81%
Total Vendas e Prestação de Serviços	269.258,77	81,12%	263.470,93	78,40%
Juros	766,96	0,23%	1.537,77	0,46%
Outros Rendimentos	61.886,38	18,65%	71.032,15	21,14%
Total	331.912,11	100,00 %	336.040,85	100,00 %





9 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Existe por parte do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), a citação para pagamento de contribuições e juros, no valor global de 40.012,05 €. A Entidade não reconhece este pretendo débito que resulta da participação à Segurança Social da decisão judicial inerente ao processo de um ex-prestador de serviços, e que por isso mesmo foi objeto da competente oposição judicial junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu. Na eventualidade de uma decisão desfavorável, e para lhe fazer face, foi constituída a provisão que se encontra discriminada.

Ainda, no exercício de 2012, foi registada uma provisão no montante de 50.000,00 €; que ficou a dever-se essencialmente a um processo de reclamação do fornecedor Cotefis S.A., relativamente a divergências de serviços efetuados.

Unidade Monetária: EURO

<i>Provisões</i>	<i>Saldo Inicial</i>	<i>Aumento</i>	<i>Redução</i>	<i>Saldo Final</i>
293 - Processos judiciais em curso	40.012,05			40.012,05
297 – Contratos fornecedores	50.000,00			50.000,00
Total	90.012,05			90.012,05

10 — Subsídios e outros apoios das entidades públicas:

10.1 — Devem ser divulgados os assuntos seguintes:

- a) *A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou;*

Unidade Monetária: EURO

<i>Descrição</i>	<i>Subsídios reconhecidos em 2017</i>	<i>Subsídios reconhecidos em 2016</i>
Subsídios à exploração	281.366,43	278.920,13
Subsídios ao investimento	9.435,33	9.487,24
Total	290.801,76	288.407,37



Os subsídios à exploração foram atribuídos essencialmente pelos seguintes organismos:

- ✓ Instituto da Segurança Social, IP;
- ✓ Câmara Municipal de Ovar;
- ✓ União das Freguesias de Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã; e
- ✓ Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.

No subsídio ao investimento o reconhecimento dos rendimentos deve-se essencialmente aos seguintes projetos:

- ✓ Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), promovido pelo Instituto da Segurança Social, IP.

O subsídio encontra-se apresentado no balanço como componente do fundo patrimonial, sendo imputado aos rendimentos do exercício na proporção das depreciações registadas em cada período

11 — Impostos sobre o rendimento:

11.1 — Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos:

a) Gasto (rendimento) por impostos correntes

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é detalhado conforme se segue:

Descrição	2017	2016
1 Resultado Contabilístico do Período	(14.652,92)	(25.628,06)
2 Imposto Corrente	0,00	(325,50)
3 Imposto Diferido	0,00	0,00
4 Imposto sobre o rendimento do Período (4=2+3)	0,00	(325,50)
5 Tributações Autónomas	0,00	0,00

A Habitovar, é uma entidade que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. No exercício de 2017, não se encontra sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) dado que não praticou operações tributáveis, ao contrário do exercício de 2016, com a venda de madeira no valor de 1.550,00 euros.

12 — Instrumentos financeiros:

12.1 — Uma entidade deve divulgar as bases de mensuração, bem como as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras;

Unidade Monetária: EURO

Descrição	2017			2016		
	Quantia Bruta	Imparidade	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Imparidade	Quantia escriturada
Ativos Financeiros						
Créditos a receber	3.340,20	830,01	2.510,19	3.354,92	1.528,49	1.826,43
Outros ativos correntes	40.983,77		40.983,77	37.722,81		37.722,81
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	169.319,41	87.060,25	82.259,16	158.746,77	85.015,00	73.731,77
Estado e Outros entes públicos	2.905,11		2.905,11	2.904,86		2.904,86
Diferimentos	7.497,01		7.497,01	3.366,87		3.366,87
Caixa e Depósitos bancários	410.575,21		410.575,21	469.573,72		469.573,72
Total	634.620,71	87.890,26	546.730,45	675.669,95	86.543,49	589.126,46
Passivos Financeiros						
Fornecedores	26.292,67		26.292,67	42.376,74		42.376,74
Estado e Outros entes públicos	13.362,84		13.362,84	15.015,99		15.015,99
Financiamentos Obtidos	494.106,76		494.106,76	563.365,34		563.365,34
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	439.511,53		439.511,53	433.697,64		433.697,64
Outras dívidas a pagar	4.853,09		4.853,09	2.397,01		2.397,01
Total	978.126,89	0,00	978.126,89	1.056.852,72	0,00	1.056.852,72

O financiamento aprovado, que advém de linhas de crédito, no âmbito do SOCIAL INVESTE encontra-se associado uma garantia prestada à NORGARANTE no valor de 14.062,50 euros.

a) Movimentos de ajustamentos ocorridos na conta de Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros;

Existem dívidas de membros respeitantes à quotização administrativa, cuja cobrança se encontra atrasada, não obstante as diversas insistências que têm sido feitas junto dos membros no sentido de procederem à regularização dos seus débitos, pelo que, nos períodos anteriores foram feitos ajustamentos relativos às perdas por imparidades.

Desta forma e face ao valor total da quotização administrativa que se encontra pendente de recebimento, apurada a 31 de dezembro de 2017, regista-se um reforço das imparidades registadas, como se ilustra no quadro seguinte:

Unidade Monetária: EURO

<i>Rubricas</i>	<i>Saldo Inicial</i>	<i>Reforço</i>	<i>Reversão</i>	<i>Saldo Final</i>
Perdas por Imparidade	85.015,00	2.045,25		87.060,25

b) Movimentos de ajustamentos ocorridos na conta de Créditos a receber;

Unidade Monetária: EURO

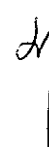
<i>Rubricas</i>	<i>Saldo Inicial</i>	<i>Reforço</i>	<i>Reversão</i>	<i>Saldo Final</i>
Perdas por Imparidade	1.528,49	142,13	840,61	830,01



c) Movimentos ocorridos na conta Caixa e Depósitos bancários;

Unidade Monetária: EURO

Rubricas	2017	2016
Caixa	292,87	290,46
- Sede	81,31	13,14
- Centro Social	211,56	277,32
Depósitos à Ordem	108.347,23	167.348,15
- CGD	106.877,60	166.286,27
- CCAM	306,63	306,63
- BIC	963,35	9,50
- BPI	199,65	745,75
Depósitos a Prazo	301.935,11	301.935,11
- BIC	97.500,00	97.500,00
- CGD	204.435,11	204.435,11
Total	410.575,21	469.573,72



d) Movimentos ocorridos em cada uma das rubricas de fundo patrimoniais;

Unidade Monetária: EURO

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Fundo Social	39.502,28		100,00	39.402,28
Fundo Social Realizado	39.502,28	0,00	100,00	39.402,28
Reservas legais	7.905,00			7.905,00
Outras reservas	1.962.285,04			1.962.285,04
Resultados transitados	-507.922,79		25.953,56	-533.876,35
Outras variações no capital próprio	278.460,17	3.000,00	11.738,33	269.721,84
Total	1.780.229,70	3.000,00	37.791,89	1.745.437,81

O fundo no valor de 39.402,28 euros, é o valor do fundo subscrito, sabendo-se que o valor não realizado no montante de 7.318,45 euros, configura na rubrica Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.

e) Movimentos ocorridos na conta de Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros - Ativo corrente

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/ doadores/associados/membros	2017	2016
Membros c/Pagamento de fogos	1.649,52	1.649,52
Membros c/Corrente	729,00	729,00
Quotizações	124.593,54	118.156,04
Seguro de incêndio	11.057,02	10.269,54
Seguro de vida	16.088,43	15.135,38
Arrendamentos	5.718,45	3.858,84
Subscrição Fundo	7.318,45	7.318,45
Outras Operações	2.165,00	1.630,00



f) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros inscritos na rubrica de ativo não corrente, no montante de 3.064,43 euros refere-se às seguintes situações:

- aos montantes retidos referentes ao Fundo de Compensação do Trabalho, introduzidos pela Lei n.º 70/2013 no valor de 571,17 euros, que de acordo com a FAQ 28, disponibilizada no site da Comissão de Normalização Contabilística, as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados, considerando-se que o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo um referencial prático para o efeito;
- montantes retidos no valor de 365,66 euros referente ao Fundo de Reestruturação do Setor Solidário, que se destina a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, permitindo a , permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam; e
- o montante de 2.127,60 euros, refere-se a títulos de participação no capital da Norgarante e do Crédito Agrícola.

g) Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" apresenta, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.296,98	2.638,59
Outros Devedores	39.686,79	35.084,22
Total	40.983,77	37.722,81



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

h) Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

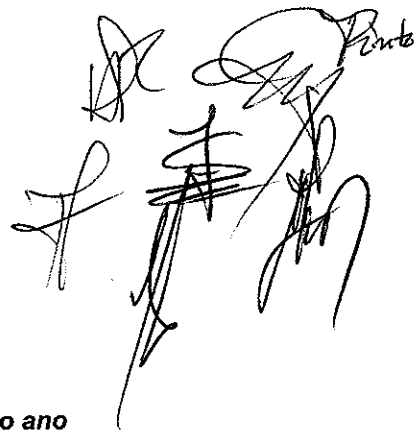
Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.676,76	2.904,86
Retenções na Fonte	228,35	0,00
Total	2.905,11	2.904,86
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.726,56	1.964,19
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC) – estimativa imposto	0,00	325,50
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	93,00
Segurança Social	11.601,95	12.633,30
Outras Contribuições	34,33	0,00
Total	13.362,84	15.015,99

i) Outras dívidas a pagar

A rubrica "Outras dívidas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal		5.525,33		21,30
Outras operações		5.525,23		21,30
Perdas por imparidade acumuladas				
Membros c/ Pagamento Garagens	47.444,83		49.904,22	
C/ Pagamento de Prédios	4.900,00		700,00	
Fornecedores de Investimentos		1.548,98		2.220,43
Credores por acréscimo de gastos		53.806,26		53.142,77
Outros credores		326.286,23		327.708,92
Total	52.344,83	387.166,70	50.604,22	383.093,42

Handwritten signature or mark.



13 — Benefícios dos empregados:

13.1 — As entidades devem divulgar o número médio de empregados durante o ano

A Habitovar – Cooperativa CRL teve em média um total de 30 pessoas afetas a serviço ao nível de trabalho dependente no ano de 2017.

13.2 — Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro

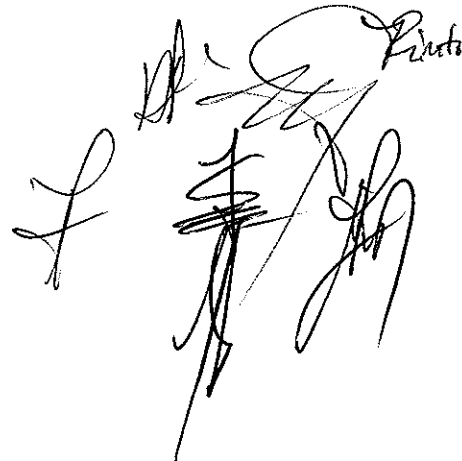
O número de membros dos órgãos diretivos, no período de 2017 não se alterou. A Direção da HABITVAR é constituída por 7 elementos.

Cargo	Nome
Presidente	António Vasco Tavares Colares Pinto
Vice-Presidente	António Manuel Silva Pacheco
Secretário	António Albano Catela Bernardes Silva
Tesoureiro	Joaquim Julião Rodrigues da Silva
Vogal	Alexandre Manuel Céu Silva
1º Suplente	José Pereira Pinto
2º Suplente	José Olivério Cruz Mora

13.3 — Informação sobre as remunerações dos órgãos diretivos

Durante o ano de 2017, não foram atribuídos quaisquer remunerações aos órgãos diretivos.





Os gastos que a entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Unidade Monetária: EURO

Descrição	2017	2016
Remuneração ao pessoal	299.973,82	299.385,18
Encargos com remuneração	60.056,22	57.431,10
Indemnizações	9.522,85	731,40
Seguros acidentes de trabalho	2.469,53	1.920,79
Outros gastos com pessoal	2.432,22	2.934,08
Ajudas de Custo	229,75	295,96
Total	374.684,39	362.698,51

14 — Acontecimentos após a data do Balanço:

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

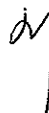
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas e autorizadas para emissão em 22 de março de 2018.

15 — Outras informações:

15.1 — Garantias prestadas a terceiros

Existe uma garantia bancária prestada pela Caixa Geral de Depósitos a favor do IGFSS, no valor de 31.079,04 €, respeitante às contribuições reclamadas por esta entidade caso da decisão judicial lhe venha a ser favorável.





15.2 — Donativos

No ano de 2017, a entidade registou donativos no valor de 2.502,50 €, sabendo que o montante de 2.382,50€ corresponde a entradas em dinheiro e o restante o valor de 120,00 € em espécie.

15.3 — Estado

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15.4 — Outros

A entidade dispõe de revisão de contas por opção. Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para o ano de 2017 foram de 5.412,00 €.

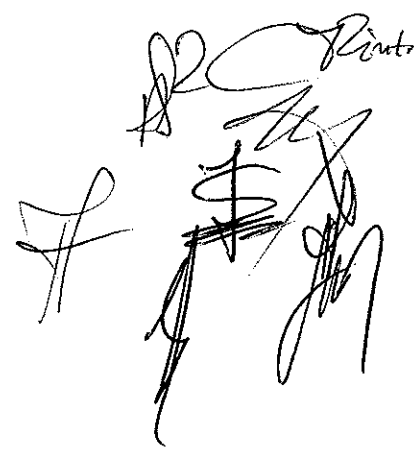
15.5 — Outras Informações

Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Serviços especializados	41.368,17	52.451,67
Materiais	8.246,49	9.662,06
Energia e fluidos	33.136,94	34.645,75
Deslocações, estadas e transportes	146,60	40,17
Serviços diversos	40.437,85	42.781,78
Total	123.336,05	139.581,43





Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	48.764,35	52.572,79
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,01	4,04
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Rendimentos	13.122,02	18.455,32
Total	61.886,38	71.032,15

Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	95,35	207,47
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	2,46
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	6.000,00
Outros Gastos	8.517,55	11.110,81
Total	8.612,90	17.320,74



Juros e Outros Rendimentos e Outros Gastos Similares

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	7.126,06	8.349,93
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	766,96	1.537,77

16 — Fluxos de Caixa:

16.1 — Comentário da direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

16.2 — Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

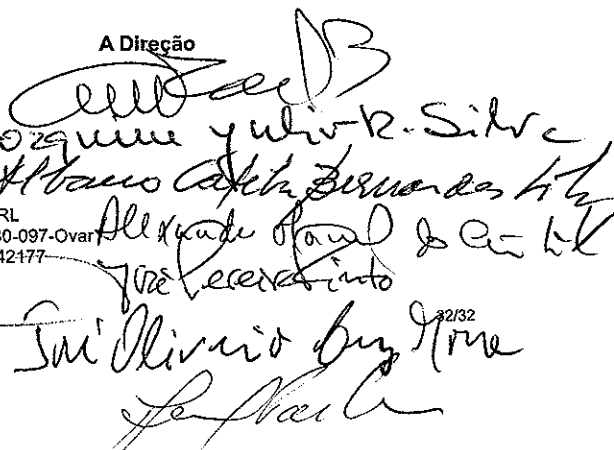
Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o saldo de caixa e seus equivalentes, que inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, detalha-se como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	292,87 €	290,46 €
Depósitos bancários	108.347,23 €	167.348,15 €
Outros depósitos bancários	301.935,11 €	301.935,11 €
Total de caixa e depósitos bancários	410.575,21 €	469.573,72 €

O Contabilista Certificado



A Direção



HABITOVAR – Cooperativa, CRL
Rua Cândido dos Reis, 7 – 1º DT.º / 3880-097-Ovar
Tel. 256 591 145/6 Contrib 500442177